

CONSTITUINTE

A nova ofensiva do presidente Sarney

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney alertou, ontem, que a adoção do parlamentarismo poderá trazer "graves consequências" para o País. O presidente manifestou uma certa decepção com os trabalhos realizados até agora pela Constituinte que, a seu ver, exacerbou-se na discussão do sistema de governo e da duração de seu mandato, deixando de lado os grandes problemas nacionais.

Sarney retornava de uma viagem de dois dias ao Nordeste, onde foi inspecionar alguns projetos de irrigação. Logo que desembarcou, às 13 horas, na Base Aérea de Brasília, recebeu do ministro Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) a notícia sobre a decisão do PFL de continuar apoiando seu governo. "É uma decisão que vem ajudar a consolidar o processo político para uma transição pacífica, porque o governo precisa de uma maioria parlamentar, de tranquilidade na área política, para que possa concluir seu programa", afirmou. O presidente entendeu que "o PFL agiu de acordo com os interesses nacionais".

Mas, ao ser indagado sobre a possibilidade de a Constituinte aprovar o parlamentarismo, o presidente mudou de tom. "O que eu lamento é que todo o debate feito sobre a Constituinte tenha se limitado ao período do meu mandato e ao

sistema de governo, quando o País tem problemas aí, imensos, que poderiam ter sido discutidos, disseca-dos, analisados, num período tão importante como é o da Assembleia Nacional Constituinte." Na opinião de Sarney, este era o momento ideal para o País encontrar as soluções de seus problemas, redigindo uma Constituição "moderna" e "avançada" nos direitos sociais. "Infelizmente, eu acho que a discussão ficou muito centrada nesses dois assuntos", repetiu o presidente, referindo-se ao sistema de governo e à duração de seu mandato. "Acho que nós estamos constatando uma realidade", ponderou. E procurou justificar sua crítica: "Vocês, que trabalham na imprensa, são testemunhas desses fatos". Sarney admite que, nesses nove meses de trabalho, os constituintes discutiram temas importantes, "mas muito limitadamente", sublinhou.

Sarney acha que o País não está preparado para o parlamentarismo. "Eu acho que o sistema presidencialista é o que convém aos interesses nacionais", disse.

"Um País de dimensões continentais, com estados, às vezes, muito pobres", justifica o presidente, precisa de um "poder central" para atender às suas necessidades. O presidente lembra, também, que o País não possui "uma máquina administrativa selecionada pelo mérito", partidos políticos consoli-

Ulysses negocia o mandato

por Cecília Pires
de Brasília

Convencido de que o parlamentarismo é um fato praticamente consumado nas votações da Comissão de Sistematização, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tentou negociar ontem com as principais lideranças do partido uma fórmula em torno da implantação do novo sistema de governo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

Depois de revelar sua preocupação com a grave crise política e econômica que o País atravessa, Ulysses, presidencialista convicto, defendeu que, se houver uma fórmula negociada em torno de cinco anos, é possível que o próprio presidente Sarney aceite a tese. Essas posições foram defendidas por Ulysses no gabinete do senador José Richa (PMDB-PR), na presença do líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, e do líder em exercício na Constituinte, deputado Euclides Scalco.

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, os parlamentares ainda discutiram a proposta feita pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, em unificar a votação do sistema de governo e mandato presidencial, para o capítulo referente ao permanente do corpo da Constituinte e as disposições

transitórias. A proposta foi rejeitada.

De acordo com o senador Fernando Henrique Cardoso, Ulysses ouviu dos participantes da reunião que a tendência pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney cresceu muito dentro do PMDB e agora dentro do PFL e uma votação conjunta do permanente e do transitório agora poderia consumir, de forma traumática, uma fórmula de governo e um mandato para Sarney à revelia do governo.

A tendência das lideranças, segundo Fernando Henrique, é manter a votação do sistema de governo no corpo permanente da Constituinte hoje e amanhã, deixando as transitórias para dentro de trinta dias, conforme prevê o calendário, permitindo novas conversações e até um entendimento entre a Constituinte e o governo.

A tarde, o senador José Richa foi analisar o quadro político e econômico com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Richa, parlamentarista, traçou com Aureliano, do PFL e presidencialista, um perfil sombrio das dificuldades que o País atravessa, e que será agravado com a expectativa da crise econômica mundial. Ambos concordaram com esse diagnóstico. Segundo Richa, Aureliano manifestou-se favorável ao abreviamento da transi-

ção, mas não se manifestou quanto à forma desse abreviamento.

"Eu me defini pelos quatro anos de mandato", disse Richa. "Se o governo e os políticos não conseguirem formar um pacto de sustentação para uma proposta econômica viável, é preciso chamar o povo para opinar." De acordo com Richa, o parlamentarismo deverá estar implantado no País, em 1989, sob o governo de Sarney, ou com um novo presidente, eleito em 1988. De acordo com o senador paranaense, Aureliano ainda declarou que, apesar de presidencialista, respeitará a decisão da Constituinte e não conversará com os membros do PFL da Comissão de Sistematização, na tentativa de mudar os votos.

O senador Fernando Henrique Cardoso pregou calma. "Vamos votar o sistema de governo para o corpo permanente da Constituinte e depois teremos trinta dias para conversações, quando definiremos o transitório." O líder em exercício na Constituinte, Euclides Scalco, concordou com o intervalo entre as votações do permanente e do transitório, como forma de dissolver tensões. Defendeu, no entanto, o sistema parlamentarista e quatro anos de mandato para o presidente Sarney, dentro da linha prevista pelo líder Mario Covas. O retorno de Covas à Constituinte é aguardado para qualquer momento.

dados e um sistema eleitoral com o voto distrital e outros "pressupostos", segundo ele, indispensáveis ao bom funcionamento do parlamentarismo, opção que, hoje, ronda a maioria dos constituintes. Ao final dessa análise, Sarney ad-

vertiu sobre a inoportunidade da mudança do sistema de governo no País. Não especificou, contudo, que "graves consequências" poderão abater sobre a Nação, no caso de a Constituinte não considerar seus argumentos.

O presidente concluiu: "O problema do poder para mim, como tenho repetido algumas vezes, não tem ne-

nhuma significação maior, senão quando ele é utilizado em favor do bem comum".

PFL limita apoio à transição

por Zanoni Antunes
de Brasília

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, defendeu ontem a tese de que o processo de transição política não deve estender-se por muito tempo sob pena de transformar-se em frustração. O ministro fez essa afirmação ao discursar para os 121 membros do diretório nacional do PFL, reunido ontem no Congresso, para oficializar o apoio ao presidente José Sarney na Constituinte, em questões como sistema de governo, cuja votação começa hoje (veja matéria abaixo).

O apoio do Partido da Frente Liberal ao governo do presidente José Sarney foi decidido por aclamação, embora seis representantes de diretórios regionais (Goiás, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul) manifestaram desacordo com a decisão que, contudo, afirmam que vão acatar.

O diretório nacional do PFL, reunido na manhã de ontem no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, espelha bem as três correntes predominantes dentro do partido. A primeira é a do senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, cuja proposta de rompimento com o governo foi amplamente derrotada. As duas outras, divididas entre os minis-

tros Aureliano Chaves (Minas e Energia) e Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), acabaram por conduzir o plenário a reafirmar o apoio do PFL ao governo.

Entre as duas posições dos ministros, a de Antônio Carlos Magalhães era por um apoio incondicional ao governo. Aureliano Chaves, por seu turno, defende o apoio, condicionando-o que ele fique explícito até o final da transição.

A afirmação de Aureliano Chaves de que é preciso encurtar-se a transição, no entanto, acabou gerando várias interpretações, entre elas a de que estaria defendendo eleições em 1988. Em seu discurso ao diretório, o ministro disse que o partido acaba de reiterar ao presidente José Sarney o seu apoio. Mas que esse apoio, frisou Aureliano, "está intimamente vinculado não apenas à transição democrática, mas no sentido de que ela (a transição) não se estenda por muito tempo", e acrescentou: "Para que ela não seja encabulada e, sendo encabulada, se transforme em frustração".

A interpretação de que o ministro Aureliano Chaves estava pregando eleições presidenciais para o ano que vem foi corrigida pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que na Base Aérea de Brasília aguardava a

chegada do presidente José Sarney. "O ministro Aureliano Chaves não está nessa linha. Vocês entenderam mal o ministro", disse Antônio Carlos Magalhães.

O líder do partido do Senado, Carlos Chiarelli, defensor da ideia de que o PFL deveria romper com o governo, adiantou que vai reunir a bancada do Senado na próxima semana para colocar o seu cargo à disposição. A decisão de Chiarelli parte da constatação de que a maioria dos seus liderados votou a favor da permanência no governo. O ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, também não escondia a sua decepção com a opção do seu partido. "A aclamação demonstra a falta de entendimento do que foi aprovado." Embora afirme que vai acatar a decisão, Bornhausen já adiantou, no entanto, que a partir de agora manterá uma posição de independência em relação ao governo.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, segundo relato do repórter Edson Beú, considerou que a decisão adotada ontem pelo seu partido representa "um pacto com o presidente José Sarney". Antônio Carlos definiu o PFL como um partido de união. "Nós não somos partido que impõe ministros ao presidente da República", disse ele numa alusão ao

PMDB. "Agimos de modo diferente de alguns de nossos adversários que estão atrapalhando o País e precisam parar de atrapalhar o País", concluiu.

O chanceler Abreu Sodré gostou da posição tomada por seu partido — o PFL — de continuar dando apoio ao presidente José Sarney até o final da Constituinte. "Acho que nesse processo de transição não podemos faltar com o presidente", afirmou o ministro à EBN, ontem à noite.

Sodré apontou três pontos que considera importantes para o PFL continuar dando apoio a Sarney: a inflação, a discussão da nova Constituição do País e a própria necessidade de crescimento econômico.

"Então, não é o momento de nos afastarmos do governo, somos responsáveis no processo de transição democrática", disse Sodré. Em sua opinião é "legítima" a posição do senador Marco Maciel de reivindicar que o PFL vá para a oposição, embora dela discorde.

Sodré observou que a posição final do PFL a respeito do apoio ou não ao governo será tomada em convenção nacional que só acontecerá depois que a Constituinte decidir sobre o sistema de governo e o mandato presidencial. Mas, em minha opinião, o PFL deve continuar apoiando o presidente."

Congresso garante o seu poder

por Andrew Greenlees
de Brasília

A Comissão de Sistematização definiu ontem a extensa lista das atribuições reservadas ao Congresso Nacional, ao analisar e votar este capítulo do projeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Confirmado pelo plenário da Constituinte, fase final dos trabalhos, o texto regulará um Congresso forte, com poderes de fiscalização e deliberação em diversos setores.

Na primeira decisão da sessão de ontem, os constituintes mantiveram, por 62 votos a 17, o sistema bicameral, prevendo a existência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O trecho relativo ao Congresso, por exemplo, teve o dia de ontem para ser votado. Ao final da sessão noturna, o texto seria considerado aprovado na forma em que se encontrasse.

Segundo a proposta aprovada, caberá ao Congresso Nacional, com sanção do presidente da República, dispor sobre tributação, arrecadação e distribuição de rendas, diretrizes orçamentárias, orçamento anual propriamente dito, operações de crédito, dívida pública, planos de desenvolvimento regionais e nacionais, organização administrativa e judiciária do País, criação e extinção de cargos públicos, bem como legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, além do que se referir às instituições financeiras e suas operações, a poupança popular, moeda e seus limites de emissão e o

Uma etapa decisiva

por Andrew Greenlees
de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte vive hoje um de seus dias mais importantes. A partir das 9 horas da manhã, a Comissão de Sistematização inicia o processo de análise e votação do capítulo referente ao Poder Executivo. A decisão central fica entre duas opções para o sistema de governo: parlamentarismo ou presidencialismo.

No Congresso, é nítida a tendência parlamentarista da Comissão de Sistematização. A previsão fica por volta de 60 dos 93 votos. O próprio líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), admitiu ontem a vitória dos parlamentaristas, mas sustentava que, no plenário da Constituinte, fase final dos trabalhos, quando votam todos os

montante da dívida mobiliária federal.

E de competência exclusiva do Congresso a apreciação das contas anuais, apresentadas pelo primeiro-ministro, a fixação da remuneração de deputados federais e senadores, a escolha de dois terços 3 dos membros do Tribunal de Contas da União (TCU) — as vagas restantes serão preenchidas exclusivamente pelo Senado —, a aprovação de iniciativas do Executivo sobre atividades nucleares, a autorização para a exploração de riquezas minerais em terras indígenas, bem co-

559 membros, a situação poderá inverter-se.

O senador José Richa (PMDB-PR), um dos articuladores do grupo parlamentarista, previa ontem não apenas a aprovação do novo sistema, mas também, mais adiante, quando se votarem as chamadas disposições transitórias, a fixação do mandato do presidente José Sarney em quatro anos, com eleições no próximo ano.

Sant'Anna chegou a propor aos líderes do PMDB a votação do mandato de Sarney juntamente com o sistema de governo, numa tentativa de atrair o apoio daqueles constituintes que admitem cinco anos para Sarney dentro do sistema parlamentarista. A proposta, no entanto, foi rejeitada e as disposições transitórias somente irão a voto daqui a trinta dias.

mo a aprovação das concessões de canais de rádio e televisão feitas pelo Poder Executivo.

O Congresso poderá ainda convocar o primeiro-ministro ou um de seus ministros para prestar informações ou esclarecimentos sobre assunto previamente determinado. Como alternativa, os congressistas terão a prerrogativa de solicitar explicações por escrito dos membros do governo. A administração indireta também estará sob o controle e fiscalização do Congresso, conforme determina o projeto da nova Carta.

Peça fundamental no sistema parlamentarista, a Câmara dos Deputados poderá aprovar, por maioria absoluta, iniciativa de um quinto de seus membros, moção de censura contra o governo, que, em consequência, será destituído pelo presidente da República. Os deputados também poderão recomendar ao primeiro-ministro o afastamento de detentor de cargo de confiança no governo, inclusive na administração indireta (empresas estatais).

Ao Senado caberá escolher um terço dos membros do TCU, além de aprovar, após arguição pública, as indicações de embaixadores, governadores de territórios e o procurador-geral da República. Uma novidade: o presidente do Banco Central e seus diretores também passam a necessitar de aprovação dos senadores. Créditos internacionais para o setor público serão igualmente analisados.

Merecem atenção especial no projeto as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Câmara e do Senado, com "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". As conclusões sobre "fato determinado" das CPI serão encaminhadas ao Ministério Público.

A iniciativa popular está prevista na forma de projeto de lei ou emenda constitucional assinada por, pelo menos, 0,3% do eleitorado nacional, distribuído por um mínimo de cinco estados, com o apoio de, pelo menos, 0,1% do eleitorado em cada estado.